

IV

MONUMENTO AO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Floriano Peixoto nasceu a 30 de abril de 1839, no Estado de Alagoas, e foi educado no Rio de Janeiro, abraçando a carreira militar, na qual tanto se distinguiu. Tomou parte na campanha do Paragual, para onde seguiu como capitão, voltando como tenente-coronel do Estado Maior de Artilharia. Foi condecorado com tôdas as ordens honoríficas do Império e com muitas medalhas de campanha. Era ajudante-general do Exército, em 1889, quando se proclamou a República. O Congresso Constituinte elegeu-o, em 1891, vice-presidente da República, vindo a exercer a presidência, com a renúncia do marechal Deodoro, de 1892 a 1894. Faleceu a 29 de junho de 1895.

Durante o seu governo, que decorreu num ambiente de agitação política, Floriano teve de enfrentar uma revolução no Rio Grande do Sul, deflagrada em fevereiro de 1893, sob a chefia do general João Nunes da Silva Tavares, e a revolta da Armada, na Guanabara, irrompida a 6 de setembro do mesmo ano e chefiada pelo almirante Custódio José de Melo. Ambos os movimentos foram vencidos por Floriano Peixoto, que defendeu intransigentemente o regime republicano e a integridade da Pátria, reagindo contra os inimigos internos e externos que ainda tramavam contra a nova forma de governo. Por causa dessa atitude, seus contemporâneos o cognominaram — o “Marechal de Ferro”. Em sua homenagem e por iniciativa do Clube Militar, os brasileiros mandaram construir o monumento que se ergue na praça que tem o seu nome, em frente à Biblioteca Nacional.

No ano de 1904, uma comissão designada pelo Clube Militar, que naquele tempo era tido como um centro de agitação política de orientação positivista, formulou as bases para a ereção de um monumento

ao marechal Floriano. As exigências estabelecidas para a concorrência, entre as quais se incluía a de que o artista devia ser brasileiro e comungar nos mesmos princípios dos "florianistas", desagradaram ao pequeno meio artístico da época. Por isso, só duas propostas foram apresentadas: a do escultor Correia Lima e a do pintor Eduardo Sá.

Para julgar o valor artístico das "maquettes", foi constituído um júri, composto dos srs. major A. R. Gomes de Castro, membro da comissão; pintor Aurélio de Figueiredo, poeta Emílio de Meneses, dr. Teixeira de Sousa, republicano histórico, e o escultor Antônio de Sales. O júri escolheu o projeto do pintor Eduardo Sá e, novamente, os meios artísticos e alguns escritores fizeram reparos à decisão, acoiando-a de sectarista. Os argumentos não calaram no seio da comissão, que se deu por satisfeita, confiando a execução do monumento a Eduardo Sá, pintor que pela primeira vez ia realizar um trabalho de escultura.

O trabalho foi efetuado em Paris, para onde seguiu o construtor com a "maquette" aprovada. Na capital francesa, ligeiras modificações foram introduzidas no projeto, as quais, entretanto, não alteraram as linhas gerais, nem afetaram os motivos que inspiraram a obra.

* * *

O monumento foi levantado na praça ajardinada e fronteira à Biblioteca Nacional, representando uma apoteose à Nacionalidade. Vê-se, de um lado, o elemento aborígine, recordando a idade primeira da Pátria, pela expansão da força e da coragem do seu selvícola (quadro inspirado no canto VI do "Y-Juca-Pirama", poema dos "Timbiras", de Gonçalves Dias). Em outra face está esculpida uma alegoria da conquista portuguesa, com um grupo em que domina o lendário Caramuru. Depois, o período da catequese, simbolizado pelo padre Anchieta. E, finalmente, um conjunto representando a colaboração étnica da raça africana, inspirado em uma passagem do poema "Cachoeira de Paulo Afonso", de Castro Alves. Sobre o soco, encontra-se uma figura de mulher, exprimindo a Paz e o Amor. Nas quatro faces do toro agulhento, de granito nacional, estão embutidos baixos-relevos de mármore branco, representando os elementos que concorreram para a ação decisiva de Floriano na defesa da República: o Exército, na resistência enérgica do general Gomes Carneiro; a Marinha, na fidelidade do almirante Jerônimo Gonçalves, comandante da esquadra legal; a Polícia, pelo general Fonseca Ramos, na reação vitoriosa de Niterói; Júlio de Castilhos e o elemento civil, por um grupo de jovens patriotas. Uma composição alegórica lembra a Pátria, a indicar o Porvir a um grupo de crianças, que são as gerações nascentes.

No alto do monumento, o grupo principal é constituído pelo marechal Floriano Peixoto, em atitude marcial, espada em punho, defendendo as grandes tradições brasileiras, sintetizadas em Tiradentes, José Bonifácio e Benjamim Constant, que surgem da bandeira da República. Vêem-se, ainda, na base do fuste, sotopostos aos mármore,

quatro pequenos quadros emoldurados, onde se inscrevem as grandes datas da nossa história — 1500, 1822, 1888 e 1889; e no plano inferior, também nas quatro faces, as legendas — “A sã política é filha da moral e da razão” — “O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim” — “Libertas quae sera tamen” — “A bem amada Pátria, a gratidão de seus filhos. Inaugurada em 21 de Abril de 1910”.

O monumento custou cento e oitenta contos de réis, obtidos em subscrição popular.